

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
 Capítulo 1	
INTRODUÇÃO	21
1.1. Finalidade deste trabalho	21
 Capítulo 2	
DIREITO ECONÔMICO: OBJETO, TERMINOLOGIA E LIGAÇÃO COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO	25
2.1. Economia	25
2.2. Economia e Direito	26
2.3. Direito Econômico e Direito da Economia	26
2.4. Direito Econômico	27
2.5. Intervenção do Estado no Domínio Econômico	30
2.6. Direito Econômico e Direito Constitucional	34
2.7. Direito Econômico e Direito Administrativo	35
2.8. Direito Econômico e Direito Tributário	35
2.9. Direito Econômico e Direito Penal	35
2.10. Direito Econômico e Direito Processual Civil	35
2.11. Direito Econômico e Direito Comercial	35
2.12. Direito Econômico e Direito Internacional	36

Capítulo 3

A ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL: INTRODUÇÃO	37
3.1. Ordem	37
3.2. Ordem jurídica e ordem econômica	37
3.3. Surgimento	38
3.4. Ordem econômica como parcela da ordem jurídica	39
3.5. Ordem econômica e ordem social	39
3.6. Ordem econômica liberal	39
3.7. Ordem econômica intervencionista	39
3.8. Tipos de constituição	40
3.9. Constituição econômica	40
3.10. Ordem econômica constitucional	40

Capítulo 4

A ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL: DESENVOLVIMENTO DO TEMA E PRINCÍPIOS	41
4.1. Previsão legal	41
4.2. Importância dos princípios	44
4.3. Princípios legais (artigo 170 da Constituição Federal)	45
4.3.1. Soberania	45
4.3.2. Propriedade privada	46
4.3.3. Função social da propriedade	46
4.3.4. Livre concorrência e defesa do consumidor ...	47
4.3.5. Meio ambiente	47
4.3.6. Desigualdades	48
4.3.7. Pleno emprego e empresas de pequeno porte	48
4.4. Princípios doutrinários	49
4.4.1. Princípio da livre iniciativa	50
4.4.2. Princípio da valorização do trabalho humano	50
4.4.3. Princípio da justiça social	50

SUMÁRIO

4.4.4.	Princípio da soberania nacional econômica....	50
✓ 4.4.5.	Princípio da propriedade privada individual	50
✓ 4.4.6.	Princípio da função social da propriedade	50
4.4.7.	Princípio da livre concorrência	50
4.4.8.	Princípio da defesa do consumidor	51
4.4.9.	Princípio da defesa do meio ambiente	51
4.4.10.	Princípio da redução das desigualdades regio- nais e sociais	51
4.4.11.	Princípio da busca do pleno emprego	51

Capítulo 5 *Ahv*

- INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	53
5.1. Intervenção direta e indireta	53
5.2. Conceito de intervenção	53
5.3. Globalização	54
5.4. Constituições Brasileiras	55
5.4.1. Constituição de 1824	55
5.4.2. Constituição de 1891	55
5.4.3. Constituições a partir de 1930	56
5.4.4. Constituição de 1934	58
5.4.5. Constituição de 1937	58
5.4.6. Constituição de 1946	59
5.4.7. Constituição de 1967 e Emenda de 1969	59
✓ 5.4.8. Constituição de 1988	60

Capítulo 6

ABUSO DO PODER ECONÔMICO: INTRODUÇÃO	63
6.1. Limite do uso do poder econômico	63
6.2. Conceito de abuso	64

Capítulo 7

ABUSO DO PODER ECONÔMICO E CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)	71
7.1. Estudo do abuso do poder econômico	71
7.2. CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)	72
7.3. Lei nº 8.884, de 11.6.1994	73
7.4. Autarquia	75
7.5. Composição do CADE	78

Capítulo 8

PODERES DO CADE	79
8.1. Poder estatal	79
8.2. Política de Governo e Política de Estado	79
8.3. Infração da ordem econômica	81
8.4. Sujeição do CADE a ação judicial ordinária	82
8.5. Mercado relevante	83
8.6. Título executivo	84
8.7. Ministério Público Federal	84
8.8. Direito individual de ação	85
8.9. Processo perante o CADE	86
8.10. Plenário do CADE	86
8.11. Procuradoria do CADE	88
8.12. Ministério Público perante o CADE	89
8.13. Secretaria de Direito Econômico	89
8.14. Rito do processo administrativo	91
8.14.1. Averiguações preliminares	91
8.14.2. Instauração e instrução do processo administrativo	91
8.14.3. Julgamento do processo administrativo pelo CADE	92
8.15. Decisões do CADE	92

8.16. Principais decisões do CADE	94
8.16.1. Abuso de posição dominante	94
8.16.2. Ato de concentração	94
8.16.3. Aumento abusivo de preços	94
8.16.4. Cláusula de não-concorrência	95
8.16.5. Competência – Reajuste abusivo de preços	95
8.16.6. Compra e venda	95
8.16.7. Concorrência desleal	96
8.16.8. Concorrência e política de Estado	96
8.16.9. Consulta	96
8.16.10. Contrato de adesão	97
8.16.11. Controle de preços	97
8.16.12. Direção (acumulação)	97
8.16.13. Direito do consumidor	98
8.16.14. Fixação de preços	98
8.16.15. Instauração de processo administrativo	98
8.16.16. Justiça comum e CADE	99
8.16.17. Medicamentos	99
8.16.18. Mercado relevante	99
8.16.19. Monopólio e adquirente com poder de mercado	100
8.16.20. Preço predatório	100
8.16.21. Prescrição em 5 anos	100
8.16.22. Princípio do contraditório	101
8.16.23. Privatização	101
8.16.24. Processo penal-econômico no CADE – Devido processo legal	101
8.16.25. Processo penal-econômico no CADE – Partes no processo	101
8.16.26. Processo penal-econômico no CADE – Verdade material	102

8.16.27. Provas	102
8.16.28. Recurso administrativo	102
8.16.29. Tabela de preços mínimos	103
8.16.30. Vista de processos do CADE	103

Capítulo 9

BOLSA DE VALORES	105
9.1. Sociedade por ações	105
9.2. Formação da sociedade anônima	106
9.3. Objeto social	106
9.4. Espécies de sociedade anônima	106
9.5. Valores mobiliários	106
9.6. Tipos de valores mobiliários	107
9.7. Ação	107
9.8. Debênture	108
9.9. Parte beneficiária	108
9.10. Bônus de subscrição	108
9.11. Nota promissória	108
9.12. Admissão à negociação	108
9.13. Comissão de Valores Mobiliários (Lei nº 6.385, de 7.12.1976)	109
9.14. Composição da Comissão de Valores Mobiliários	109
9.15. Atribuições	109

Capítulo 10

AGÊNCIAS REGULADORAS	111
10.1. Conceito	111
10.2. Natureza jurídica	111
10.3. Autarquia	111
10.4. Criação	112

SUMÁRIO

10.5.	Vinculação	112
10.6.	Patrimônio inicial	112
10.7.	Autarquia de regime comum	112
10.8.	Autarquias de regime especial	113
10.9.	Agências reguladoras no âmbito federal	113
10.10.	Privilégios específicos	114
10.11.	Características comuns das agências reguladoras ...	114

Capítulo 11

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	117
11.1. Definição	117
11.2. Eficácia	117
11.3. Formas de participação	118
11.4. Participação nos lucros e resultados	118
11.5. Participação na gestão	118
11.6. Natureza da participação nos lucros e resultados	119
11.7. Legislação	119
11.8. Instauração	120
11.9. Arquivo	120
11.10. Empresa	120
11.11. Participação e remuneração	120
11.12. Litígio	120

Capítulo 12

GLOBALIZAÇÃO	123
12.1. Definição	123
12.2. A história do novo conceito (primeiro estágio da globalização)	123
12.3. Investidores e financistas (segundo estágio da globalização)	124

12.4.	Empresários e diplomatas (terceiro estágio da globalização)	125
12.5.	Fluxos de informação	126
12.6.	Cultura globalizada	126
12.7.	Aldeia global	127
12.8.	Blocos regionais	127
12.8.1.	Zona do livre comércio	127
12.8.2.	União aduaneira	127
12.8.3.	Mercado comum	128
12.8.4.	União econômica e monetária	128
12.8.5.	Áreas de integração por investimentos	129

Capítulo 13

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	131
13.1. Composição	131
13.2. Conselho Monetário Nacional	132
13.3. Banco Central do Brasil	134
13.4. Comissão de Valores Mobiliários	135
13.5. Instituições financeiras	136
13.6. Banco do Brasil	138
13.7. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	139
13.8. Caixa Econômica Federal e Caixas Econômicas Estaduais	140
13.9. Bancos comerciais	140
13.10. Bancos de investimento	141
13.11. Sociedades de crédito, financiamento e investimento	142
13.12. Sociedades de crédito imobiliário	142
13.13. Bolsas de valores	143
13.14. Bolsas de mercadorias e de futuros	143
13.15. Sociedades corretoras	144
13.16. Cooperativas de crédito	144

SUMÁRIO

Capítulo 14

CONCLUSÃO	145
------------------------	-----

APÊNDICE	147
-----------------------	-----

1. LEGISLAÇÃO	149
----------------------------	-----

Constituição da República federativa do Brasil (Excer- tos)	149
--	-----

Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962 - Dispõe <i>sobre a intervenção no domínio econômico para assegu-</i> <i>rar a livre distribuição de produtos necessários ao con-</i> <i>sumo do povo</i>	164
--	-----

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre a <i>Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Credi-</i> <i>tícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras</i> <i>providências</i>	170
---	-----

Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 - Define crimes <i>contra a ordem tributária, econômica e contra as rela-</i> <i>ções de consumo, e dá outras providências</i>	191
---	-----

Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 - Define crimes <i>contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques</i> <i>de Combustíveis</i>	196
--	-----

Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994 - Transforma o Con- <i>selho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em</i> <i>Autoridade, dispõe sobre a prevenção e a repressão às in-</i> <i>frações contra a ordem econômica, e dá outras provi-</i> <i>dências</i>	197
---	-----

Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995 - Dispõe sobre a im- <i>plementação da autarquia Conselho Administrativo de</i> <i>Defesa Econômica (CADE), criada pela Lei nº 8.884, de</i> <i>11 de junho de 1994, e dá outras providências</i>	219
--	-----

2. ROL HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO	221
---	-----

1. Legislação sobre Direito Econômico	221
---	-----

2. Legislação sobre S.A. e C.V.M.	222
--	-----

3. Legislação sobre Títulos de Crédito	223
--	-----

3.1. Cheques	223
3.2. Duplicatas	224
3.3. Letras de Câmbio e Notas Promissórias	224
3.4. Notas do Tesouro Nacional	224
3.5. Títulos da Dívida Pública	225
3.6. Títulos de Crédito à Exportação	225
3.7. Conhecimento de Depósito e <i>Warrants</i>	225
3.8. Conhecimento de Frete ou de Transportes	225
3.9. Títulos de Crédito Comercial	225
3.10. Títulos de Crédito Industrial	225
3.11. Títulos de Crédito Rural e Títulos da Dívida Agrária	226
3.12. Títulos Societários	226
3.13. Cédula de Crédito Bancário	226
3.14. Protesto	226
3.15. Legislação Complementar	227
4. Legislação sobre Direito do Consumidor	227
5. Legislação sobre Direito de Propriedade Industrial, Material e Intelectual	229
5.1. Propriedade Intelectual	229
5.2. Patente e Desenho Industrial	231
5.3. Marcas e Indicação Geográfica	231
5.4. Transferência de Tecnologia	232
5.5. Programa de Computador	233
5.6. Resoluções e Portarias	234
BIBLIOGRAFIA	237
SOBRE O AUTOR	239